
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA Nº 2023.0614.00085-1

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PESSOA JURÍDICA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS E CADASTROS DE IMÓVEIS RURAIS LOCALIZADOS NA REGIÃO DE REFERÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL (TCSA) PORTO SUL, PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

Contratação de serviço pessoa jurídica para levantamento de dados primários e cadastro de imóveis rurais (posses e propriedades) localizados na Região de Referência do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) Porto Sul, especialmente nas Unidades de Conservação denominadas **Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), Parque Estadual da Ponta da Tulha (PEPT), Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e Rio Almada (APA LERA) e Área de Proteção Ambiental Costa de Itacaré/Serra Grande (APA CISG), para fins de identificação dos aspectos socioambientais da Região de referência.**

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O TCSA Porto Sul, firmado pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual da Bahia, homologado em 17 de outubro de 2019, foi celebrado com o Estado da Bahia (representado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente da Bahia (SEMA-BA) e Casa Civil), a mineradora BAMIN, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e o Município de Ilhéus-BA.

Seu objetivo é assegurar o desenvolvimento sustentável, a integridade ambiental, as funções ecológicas e os serviços ecossistêmicos da região de instalação do Porto Sul, por meio de ações integradas destinadas a prevenir, em escala de paisagem, danos ambientais evitáveis e mitigar impactos não evitáveis decorrentes da implantação do empreendimento.

Neste contexto, o FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – que atua desde 1995 em todo o território nacional, é a instituição selecionada como responsável pela gestão dos recursos financeiros do TCSA Porto Sul, por meio da aquisição e contratação de bens e serviços/consultorias.

O Novo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 12.651/2012) institui, em âmbito nacional, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento para a regularização ambiental de imóveis rurais. No Estado da Bahia, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), regulamentado pelo Decreto Estadual 15.180/2014, é parte integrante do Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA) e será utilizado para alimentar a base de dados do Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural (SICAR).

O CEFIR é um sistema operado exclusivamente online, que já está em funcionamento desde dezembro de 2012 e tem a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento (Decreto Estadual 15.180, 02/06/2014).

O CEFIR é parte do SEIA, sistema online que disponibiliza serviços como formação de processos ambientais, consulta de requerimentos, documentos de formação de processos e pareceres de técnicos ambientais. O Portal SEIA pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://www.seia.ba.gov.br/>.

O CEFIR tem se mostrado uma importante ferramenta para a gestão e ordenamento territorial no que se refere às questões ambientais, se tornando estratégica para a região de referência do TCSA Porto Sul pois, além de atender aos requisitos preconizados pelo art. 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que instituiu o CAR, na Bahia, a solicitação de autorizações referentes ao licenciamento ambiental e à outorga de uso dos recursos hídricos se encontra condicionada ao cadastramento no CEFIR, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 15.180, de 02 de junho de 2014.

Desde a implantação do CEFIR, foram inseridos em sua base de dados mais de 1 milhão de cadastros de imóveis rurais. Destes, parte das pequenas propriedades e posses rurais, conforme definição do inciso V do artigo 3º da Lei Federal nº 12.651/2012, foram cadastradas por meio de contratos com o Governo do Estado da Bahia, no âmbito do Projeto chamado CAR/BNDES, financiado pelo Fundo Amazônia/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Tais cadastros, possuem as informações que são obrigatórias para o CAR, como foi exigido pelo projeto à época, e, como o CEFIR exige mais informações do que o cadastro nacional, alguns campos não foram preenchidos e não geraram o documento final comprobatório de inscrição no CEFIR. Ou seja, os cadastros realizados no contexto do projeto CAR/BNDES estão integrados ao SICAR, possuem o Recibo do CAR, mas, via de regra, não possuem o CEFIR completo e necessitam da complementação.

Para os cadastros já inseridos de forma completa no CEFIR, há necessidade de serem validados e terem as localizações de suas reservas legais aprovadas. Para isso, se faz necessária a confirmação das informações prestadas de forma declaratória nos cadastros, por meio de análises que podem ser feitas *in loco*, por imagens de satélites e afins e por meio da checagem da documentação apresentada no ato do cadastro, incluindo os planos de recuperação de áreas degradadas tanto em reservas legais e áreas de preservação permanente, quanto fora dessas áreas protegidas.

Embora estas iniciativas tenham sido realizadas, mesmo com demanda de complemento e validação, ainda há um passivo de imóveis rurais que deve ser liquidado por meio da realização de novos cadastros no CEFIR ou complemento e validação daqueles já cadastrados.

3. ESCOPO DO TRABALHO

O escopo a ser contratado inclui:

- **Realização de novos cadastros** no CEFIR de imóveis rurais;
- **Avaliação dos cadastros de imóveis rurais já existentes** no CEFIR;
- **Complementação de informações de cadastros já existentes** no CEFIR e realizados no contexto do projeto CAR/BNDES;
- **Identificação e mobilização de atores, levantamento e organização de informações para inserção/revisão/complementação dos cadastros existentes no módulo CEFIR/SEIA para fins de caracterização socioambiental dos imóveis rurais localizados na Região de Referência do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) Porto Sul**, especialmente nas poligonais do PESC, do PEPT, da APA LERA e da APA CISG.
- **Inclusão da coleta de dados geoespaciais de pontos relevantes**, a fim de auxiliar na definição de:
 - Limites individualizados georreferenciados dos imóveis;
 - Áreas de Preservação Permanente;
 - Reserva Legal;
 - Corpos hídricos;
 - Áreas utilizadas, com especificação das formas de uso da terra nestas áreas, em especial o cultivo tradicional do cacau em sistema agrossilvicultural Cabruca;

- Execução do cadastramento dos imóveis rurais no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR; e
- Confecção dos mapas temáticos utilizados como subsídio para o planejamento e gestão.
- **Realização de relatoria socioambiental** do consolidado de imóveis; e
- **Mobilização e organização de evento solene** para avaliação final e encerramento do serviço realizado.

3.1 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A **área de abrangência dessa contratação** é a Região de Referência do TCSA Porto Sul, que está localizada no sul da Bahia, a 14 km ao norte do município de Ilhéus e corresponde a uma **área de 294.985,94 ha**.

As Unidades de Conservação (UC), principal foco desta contratação, situam-se na região do litoral sul do Estado, equivalendo a uma **área total de 220.705 ha**, considerando que a área do PESC é sobreposta área da APA CISG e a área do PEPT é sobreposta à área da APA LERA:

Unidades de Conservação	Municípios	Área das UCs (ha)
Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e Rio Almada (APA LERA)	Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci, Almadina, Ibicaraí e Barro Preto	157.745
Área de Proteção Ambiental Costa de Itacaré/Serra Grande (APA CISG)	Ilhéus, Itacaré e Uruçuca	62.960
Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC)	Itacaré, Uruçuca e Ilhéus	9.275
Parque Estadual da Ponta da Tulha (PEPT)	Ilhéus	1.703

Para execução dos produtos do objeto desta contratação, deverá ser observada também a seguinte **ordem de prioridade**:

- (1) imóveis rurais de até 4 módulos fiscais localizados nos Parques Estaduais e nas Áreas de Proteção Ambiental;
- (2) imóveis rurais acima de 4 módulos fiscais localizados nos Parques Estaduais e nas Áreas de Proteção Ambiental;
- (3) imóveis rurais de até 4 módulos fiscais localizados na Região de Referência do TCSA Porto Sul e que estão situados fora das Unidades de Conservação.
- (4) imóveis rurais acima de 4 módulos fiscais localizados na Região de Referência do TCSA Porto Sul e que estão situados fora das Unidades de Conservação.

ATENÇÃO: A CONTRATADA deverá atualizar junto ao INEMA as áreas e nº de imóveis contabilizados neste documento dado que este é um número dinâmico e, eventualmente, pode ter sofrido alteração no intervalo de tempo entre o processo de contratação e início da execução das atividades para elaboração dos produtos descritos neste documento.

Todos os imóveis identificados ao longo da execução deste serviço, que estejam inseridos no escopo dessa contratação, mas não estejam contabilizados nas estimativas apresentadas neste documento, **também deverão ser considerados** para execução dos produtos desta contratação.

Produto 1. Plano de Trabalho e Levantamento de dados de apoio
--

<i>Especificação das atividades:</i>

Para o planejamento das atividades, CONTRATADA deve realizar um levantamento dos imóveis já cadastrados no CEFIR e uma lista prévia do que há pendente de ser cadastrado. Além disso, deverá organizar uma base de dados geográficos dos municípios-alvo dos cadastros (item 3.1), incluindo dados e informações espaciais, sempre na maior escala disponível, a exemplo da:

- Hidrografia;
- Sistema viário;
- Limites municipais;
- Uso atual e ocupação da terra;
- Cobertura vegetal;
- Malha fundiária; e
- Outros dados cartográficos pertinentes.

Parte das informações que deverão compor a referida base de dados geográficos será disponibilizada pela Equipe de Supervisão para a Contratada.

Realização de até 02 (duas) reuniões virtuais, com duração máxima de 4h cada, com a EQUIPE DE SUPERVISÃO (ES). As reuniões terão como objetivo:

- Definir as estratégias de mobilização e logística para as **reuniões de mobilização e sensibilização** com os proprietários e justos possuidores;
- Consolidar o cronograma executivo das atividades e entregas previstas nesta contratação;

Fundamentando-se na base de dados consolidadas e nas estratégias de sensibilização e mobilização dos proprietários/justos possuidores, discutidas com a EQUIPE DE SUPERVISÃO, o Plano de Trabalho preliminar deverá contemplar minimamente:

- **Descrição das atividades** a serem executadas;
- **Cronograma de execução**; e
- **Metodologia** específica a ser adotada para o desenvolvimento das diversas atividades, bem como lista de atores sociais já identificados e os seus contatos.

O Plano de Trabalho preliminar deverá ser elaborado e apresentado à EQUIPE DE SUPERVISÃO, em reunião virtual, com duração máxima de 4h.

A EQUIPE DE SUPERVISÃO fará eventuais sugestões de ajustes que deverão ser atendidas pela CONTRATADA para entrega da versão final do Plano de Trabalho.

Forma de apresentação: O Plano de trabalho preliminar deverá ser entregue em formato digital (.doc), com até 03 dias úteis de antecedência à realização da reunião onde este deverá ser apresentado. A versão final do Plano de Trabalho deverá ser entregue também em formato digital (.doc e .pdf).

ATENÇÃO: Tendo sido aprovado o Plano de Trabalho pela EQUIPE DE SUPERVISÃO, o coordenador da equipe da Contratada deverá comparecer a uma primeira reunião presencial em Salvador (BA) para alinhamento técnico sobre o SEIA/CEFIR e suas características técnicas. No decorrer do andamento do Serviço, as partes, de comum acordo, poderão convocar novas reuniões extraordinárias.

Produto 2. Relatório de Mobilização e Sensibilização dos proprietários e justos possuidores

Especificação das atividades:

Realização de pelo menos 08 (oito) reuniões presenciais, uma em cada município onde estão localizadas as UCs (Item 3.1) para mobilização e sensibilização dos proprietários e justos possuidores e apresentação do Plano de Trabalho que será seguido para as ações de cadastro de imóvel rural.

A CONTRATADA poderá realizar reuniões complementares nos municípios, a depender da realidade local, não ultrapassando um total de 16 (dezesesseis) reuniões para esta etapa de elaboração do produto 2.

Obrigatoriamente, deverão ser convidados representantes das prefeituras municipais, das associações de produtores rurais, das associações de moradores, das cooperativas e dos sindicatos rurais da localidade, previamente identificados no Plano de Trabalho, além de proprietários e possuidores de imóveis rurais da região, podendo ser ampliado para o quantitativo considerado suficiente para alcance dos objetivos do cadastro.

Nas **Reuniões de Mobilização e Sensibilização**, deverão ser tratados os seguintes temas:

- **Regularização Ambiental de imóveis rurais e comunidades** – cadastramento no CEFIR – Abordar sobre objetivo, importância, procedimentos e documentação necessária;

- **Recuperação de Passivos Ambientais** – Restauração Ecológica e Produtiva – Abordar sobre a necessidade de elaboração de **Planos de Recuperação Ambiental (PRA)** para as áreas degradadas no imóvel rural, especialmente em Reserva Legal (RL) e em Área de Preservação Permanente (APP), e explicar a importância ambiental da recuperação dessas áreas.
- **Termo de Compromisso e planos de recuperação** - esclarecer sobre os compromissos assumidos e a execução da recuperação das áreas degradadas declaradas e seu cronograma.

A reunião deverá ter duração de 4 horas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todos insumos e logística para realização das reuniões, tais como: local com infraestrutura mínima, deslocamento dos participantes até o local, água e café, frutas, sanduíches e bolo, além de fornecimento de almoço com cardápio mínimo: uma porção de carne bovina, uma porção de ave ou peixe, verduras, legumes, feijão, farinha de mandioca, arroz, bebida não alcoólica, sobremesa e café.

Para a realização da reunião, a CONTRATADA deverá priorizar a aquisição da alimentação em fornecedores da região a fim de colaborar com o fortalecimento da economia local.

A CONTRATADA deverá apresentar relatório consolidado das Reuniões de Mobilização e Sensibilização, contendo o registro das informações obtidas para os temas destacados acima, e demais pontos que surgirem nas tratativas com os atores locais, acompanhado das listas de presença, fotos e ata das reuniões.

Nesta etapa espera-se que seja estruturada uma lista prévia com a identificação dos proprietários/justos possuidores interessados na realização dos trabalhos, quer seja o **cadastramento de imóveis rurais no CEFIR**; a **revisão das informações previamente cadastradas no CEFIR** (com base na relação a ser disponibilizada pelo INEMA); e/ou a **complementação das informações previamente cadastradas no CEFIR por meio dos contratos CAR/BNDES** (com base na relação a ser disponibilizada pelo INEMA). Essa lista poderá ser obtida por meio da identificação de proprietários/justo possuidor inscritos em associações, cooperativas, sindicatos, nos cadastros oficiais de órgão de assistência técnica rural, entre outros.

Esta lista detalhada deverá constar como anexo ao relatório consolidado das Reuniões de Mobilização e Sensibilização e deverá ser complementada ao longo da execução da prestação de serviço.

Forma de apresentação: O relatório consolidado deverá ser apresentado em formato digital (.doc e .pdf) para análise e aprovação pela EQUIPE DE SUPERVISÃO.

Produto 3. Relatórios trimestrais de Cadastramento de imóveis rurais no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR

Especificação das atividades:

As atribuições da empresa CONTRATADA para o cadastramento dos imóveis rurais incluem:

- Coleta de dados e inserção no Módulo CEFIR, no Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIA (<https://sistema.seia.ba.gov.br/>), dos **dados e documentos pertinentes, referentes aos imóveis rurais** localizados nas Unidades de Conservação, objeto desta contratação;
- **Coleta de dados geoespaciais de pontos relevantes** como, os **limites individualizados dos imóveis**, as **Áreas de Preservação Permanente (APP)**, a **Reserva Legal (RL)**, as áreas degradadas dentro de APP e RL, os **corpos hídricos e áreas utilizadas com especificação das formas de uso**

da terra nestas áreas, **em especial o cultivo tradicional do cacau em sistema agrossilvicultural Cabruca.**

- Para esta etapa, estima-se **levantamento de dados e o cadastramento** de **imóveis rurais em toda a região de referência**, observada a priorização estabelecida no item 3.2.

A princípio, **estima-se para região de referência, uma área com cerca de 178.040,61 ha de imóveis rurais não cadastrados.** No entanto, considerando a dinamicidade dessa informação, é importante atualizar esta informação quando da realização do serviço.

A execução dos cadastros será realizada via SEIA (Módulo CEFIR), de forma que se atenda ao Código Florestal Brasileiro, Lei Federal nº 12.651/2012 e, Lei Estadual 10.431/2006 - Política de Meio Ambiente da Bahia, seus Regulamentos, Decretos Estaduais nº 14.024/2012 e 15.180/2014, e suas alterações.

Uma vez cadastrado no SEIA/CEFIR, o imóvel rural obterá o **número de Registro no CAR**, bem como o **número de Registro no CEFIR**, com a emissão, em nome do proprietário ou do justo possuidor rural, do Certificado ou do Termo de Compromisso. Este documento deverá ser entregue, pela CONTRATADA, ao proprietário ou posseiro nas Reuniões de Encerramento.

Importante:

- ❖ No caso de áreas devolutas ou cujos proprietários ou justos possuidores rurais não forem encontrados, deverão ser registrados nos relatórios trimestrais todas as informações referentes aos esforços e empenhos realizados para contatá-los, acompanhados dos registros desses esforços e/ou documentos comprobatórios.
- ❖ Para os casos em que os proprietários ou justos possuidores rurais se recusarem a realizar o CEFIR, a contratada deverá descrever, **em tópico específico do relatório trimestral**, a relação dos casos acompanhada de nome do responsável, CPF e endereço para correspondência.

ATENÇÃO: Somente serão coletadas informações e realizado o cadastro no CEFIR dos imóveis rurais daqueles proprietários ou justos possuidores que tenham autorizado **por escrito a execução dos serviços pela empresa contratada.**

A **captação dos dados** de propriedades ou posses rurais familiares para inscrição no CAR/CEFIR dar-se-á na modalidade de **“Sistema de Busca Direta”**, que consiste de unidades móveis de assessoria técnica que se deslocarão, obrigatoriamente, até os imóveis rurais para efetuar a captação de dados, devendo este serviço ser realizado em todos os municípios contemplados nesta especificação, nos períodos estabelecidos no cronograma executivo do Plano de Trabalho.

O **cadastramento dos dados** de propriedades e posses rurais familiares dar-se-á por meio da descrição, conforme roteiro definido no **Manual do Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIA para realização do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR** (http://sistema.seia.ba.gov.br/resources/Manual_SEIA_UE.pdf). Os itens a serem cadastrados incluem, minimamente:

- **Identificação do Responsável:** deverão ser descritas as informações referente ao proprietário ou possuidor do imóvel rural, podendo ser constituído de pessoa física ou jurídica; e deverá abranger:
 - Número do Cadastro de Pessoa Física – CPF ou Jurídica – CNPJ, inclusive PCT;
 - Nome;

-
- Data de nascimento;
 - Email;
 - Nome da mãe;
 - Naturalidade;
 - Nacionalidade;
 - Documento de identificação (tipo, número, órgão emissor/UF, data de emissão e upload do documento);
 - Endereço completo do proprietário ou do justo possuidor (endereço válido para correspondência via Correios) e os dados do procurador.
 - Em caso de representação via procurador, deverá ser realizado também o *upload* da procuração.
- Dados Básicos: deverão ser cadastradas as informações referentes ao imóvel rural, tais como: denominação, forma de vínculo com o requerente, área do imóvel e endereço de localização.
 - Documentação: deverão ser cadastradas as informações referentes ao documento que comprova a propriedade ou a posse do imóvel rural (conforme Portaria INEMA nº11.292/2016). Deverá também ser realizado o *upload* da documentação que comprova a propriedade ou posse do imóvel rural.
 - Limite do Imóvel: deverão informar o tipo de inserção e a poligonal da localização, no formato vetorial, em arquivo shapefile (contendo as extensões: .shp, .dbf, .shx e .prj, em coordenadas geográficas e referenciadas ao Datum SIRGAS 2000 - código EPSG: 4674, que é o oficial do Sistema Geodésico Brasileiro, no sistema GEOBAHIA) indicando, principalmente, o perímetro do imóvel georreferenciado, áreas de RL, de APP, áreas degradadas dentro de RL e de APP, Áreas de Atividades Desenvolvidas e outras exigidas pelo regramento florestal que sejam aplicáveis à área cadastrada.
 - Questionário: Responder todas as perguntas obrigatórias no sistema.
 - Dados Específicos: deverão informar os dados referentes à Reserva Legal (RL), Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) caso haja, remanescentes de vegetação nativa, os corpos hídricos e áreas utilizadas com especificação das formas de uso da terra nestas áreas, em especial o cultivo tradicional do cacau em sistema agrossilvicultural Cabruca, quando informado no questionário que possuem os respectivos temas. As informações georreferenciadas de cada tema, que deverão ser coletadas pela CONTRATADA, deverão ser inseridas no formato vetorial em arquivo shapefile, no sistema GEOBAHIA no SEIA, consistidas topologicamente e de acordo com as especificações técnicas do manual do SEIA/CEFIR.
 - A CONTRATADA deverá orientar o proprietário/posseiro na criação do seu login/usuário no SEIA com a respectiva indexação ao seu e-mail para que este possa ter facilidade no acesso futuro ao cadastro do respectivo imóvel rural. As inscrições no SEIA/CEFIR deverão obrigatoriamente conter os dados dos responsáveis técnicos pelos cadastros e o número de referência do contrato a ser firmado com a CONTRATADA para execução deste serviço.
 - Plano de Recuperação Ambiental – PRA: deverão ser inseridos no sistema, em formato .pdf, os planos de recuperação para as Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP) sempre que o estado de conservação dessas áreas for indicado como ‘degradado’ ou ‘parcialmente degradado’.
 - Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD: Deverá ser inserido no sistema, em formato .pdf, o plano de recuperação para áreas degradadas dentro do imóvel rural que estão localizadas fora das áreas de RL e de APP. A CONTRATADA deverá entregar, em formato digital (*shapefile*) todos os arquivos geoespaciais que comporão cada tema a ser cadastrado no CEFIR, além dos dados brutos dos equipamentos utilizados, obtidos no levantamento de campo.
 - A CONTRATADA deverá produzir relatórios trimestrais de atividades para medição e controle dos serviços prestados, durante o período de vigência do Contrato, compreendendo a seguinte
-

composição: **quantitativo de unidades e hectares de imóveis cadastrados por município, bem como seus respectivos números de identificação; dados dos responsáveis técnicos que atuaram naquele período (etapa), município citado e resumo das ocorrências de campo com a indicação das principais dificuldades encontradas para a realização das atividades, com fotografias georreferenciadas.**

Forma de apresentação: Os relatórios deverão ser apresentados, trimestralmente, em formato digital (.doc e .pdf) para análise e aprovação pela EQUIPE DE SUPERVISÃO.

Produto 4. Relatórios trimestrais de avaliação de dados previamente cadastrados no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR

Especificação das atividades:

A CONTRATADA deverá avaliar os cadastros já existentes no CEFIR (<https://sistema.seia.ba.gov.br/>) para a área de referência do TCSA Porto Sul (considerando a priorização determinada no item 3.2), por meio do cruzamento do conjunto das poligonais cadastradas com imagens de satélite (Planet ou Sentinel) das áreas, de forma que seja possível observar a lógica cartográfica das poligonais e a coerência das feições cadastradas, a exemplo de áreas produtivas, APPs, remanescentes de vegetação nativa e RL. **Estima-se um total de 4300 (quatro mil e trezentos) cadastros já existentes na área de abrangência desta contratação.**

O objetivo dessa etapa é a identificação de inconsistências nos cadastros pré-existentes que demandam atualização.

- A ES (equipe de supervisão) disponibilizará imagens de satélite para serem utilizadas como referência para as avaliações dos cadastros.
- Deverão ser elaborados relatórios técnicos de avaliação das informações já cadastradas no CEFIR, com periodicidade trimestral, apontando as inconsistências das informações declaradas no CEFIR e indicando as correções e retificações que deverão ser realizadas no sistema por parte dos proprietários e justos possuidores rurais, caso aplicáveis.

Forma de apresentação: Os relatórios deverão ser apresentados, trimestralmente, em formato digital (.doc e .pdf) para análise e aprovação pela EQUIPE DE SUPERVISÃO.

Produto 5. Relatórios trimestrais relativos ao complemento dos cadastros inseridos previamente no CEFIR no âmbito dos contratos do Projeto CAR/BNDES

Especificação das atividades:

- A CONTRATADA deverá coletar e inserir no Módulo CEFIR, no SEIA (<https://sistema.seia.ba.gov.br/>), os dados e documentos necessários à complementação das informações de cadastros iniciados anteriormente, já que nos contratos do Projeto CAR/BNDES foram inseridas apenas as informações que são obrigatórias no Cadastros Ambiental Rural – CAR. Os sistemas CAR e CEFIR estão integrados, portanto, os cadastros deverão ser complementados e finalizados no CEFIR, com a geração de Certificados de Inscrição ou Termos de Compromissos, a depender da situação de cada cadastro.
- Para esta etapa, estima-se o levantamento de dados e o cadastramento das informações complementares no CEFIR, incluindo dados obtidos em campo, para aproximadamente 1237 (mil duzentos e trinta e sete) imóveis rurais distribuídos na Região de Referência, observada a priorização definida.

Forma de apresentação: Os relatórios deverão ser apresentados em formato digital (.doc e .pdf) para análise e aprovação pela EQUIPE DE SUPERVISÃO.

Produto 6. Relatório Socioambiental

Especificação das atividades:

- A CONTRATADA deverá elaborar um relatório socioambiental consolidado dos imóveis rurais utilizando para tal as informações extraídas do CEFIR.
- O relatório deverá conter minimamente os seguintes tópicos, cujas informações deverão ser agrupadas por UCs:
 - a) Quantidade de propriedades e posses rurais cadastradas;
 - b) Quantidade de propriedades e posses rurais cadastradas por município;
 - c) Área total cadastrada;
 - d) Área total cadastrada por município;
 - e) Percentual da área cadastrada em cada Unidade de Conservação;
 - f) Quantidade e porcentagem de propriedades e posses rurais cadastradas por classe de módulos fiscais;
 - g) Área de Preservação Permanente existente cadastrada, levando em consideração as diferentes tipologias de APPs definidas pela Lei Federal nº 12.651/2012;
 - h) Total de APP cadastrada pendente de restauração da vegetação nativa (número de imóveis e área);
 - i) Total de Reserva Legal cadastradas (número de imóveis e área);
 - j) Total de Reserva Legal aprovadas por órgão ambiental (número de imóveis e área);
 - k) Total de Reserva Legal pendente de restauração da vegetação nativa (número de imóveis e área);
 - l) Total de cobertura vegetal cadastrada (área);
 - m) Total e percentual de propriedades ou posses rurais cadastradas com algum desmatamento ilegal cometido após 22 de julho de 2008;
 - n) Total e percentual de propriedades ou posses rurais cadastradas pendentes de regularização fundiária inseridas no Parque Estadual da Serra do Conduru e no Parque Estadual da Ponta da Tulha;
 - o) Total de imóveis cadastrados com RPPNs;
 - p) Total e percentual de imóveis cadastrados que optaram por efetuar compensação ambiental de Reserva Legal (unidade de imóveis).
 - q) Total e percentual de imóveis rurais cujos responsáveis aderiram ao Programa de Regularização Ambiental – PRA.
 - r) Total e percentual de imóveis cadastrados que possuem vegetação nativa excedente ao mínimo exigido em lei para compor a Reserva Legal. Este tópico deverá ser detalhado em função da opção selecionada pelo proprietário ou possuidor do imóvel rural do interesse de destinação desse remanescente, conforme especificado no módulo de cadastro.
 - s) Total e percentual de imóveis cadastrados que possuem cultivo tradicional do cacau em sistema agrossilvicultural Cabruca.
- A CONTRATADA deverá produzir **05 (cinco) mapas temáticos** contendo a disposição espacial das informações socioambientais levantadas referentes (1) ao cultivo tradicional do cacau em sistema agrossilvicultural Cabruca; (2) às APP pendentes de restauração da vegetação nativa; (3) às RLs pendentes de restauração da vegetação nativa (4) às áreas conservadas com cobertura de vegetação nativa e, (5) à compilação dos dados que possibilitam o diagnóstico

socioambiental, a exemplo das quantidades de módulos fiscais e o tipo de atividade produtiva desenvolvida, juntamente com as características ambientais dos imóveis rurais existentes na área das Unidades de Conservação foco deste Termo de Referência. Os mapas temáticos deverão ser entregues em arquivo contendo os dados brutos e *shapefile* da poligonal de cada tema e em formato PDF ou JPEG, e a escala de confecção será de 1:15.000 (um para quinze mil) ou superior.

Forma de apresentação: O relatório socioambiental consolidado deverá ser aprestado em formato digital (.doc e .pdf) para análise e aprovação pela EQUIPE DE SUPERVISÃO, considerando os formatos já descritos para os mapas temáticos e os arquivos acessórios já descritos.

Produto 7. Evento Solene de encerramento

Especificação das atividades:

- A CONTRATADA deverá realizar 01 (um) evento presencial de encerramento e avaliação final do trabalho realizado e troca de experiências entre as partes, entrega dos certificados e/ou termos de compromisso aos produtores rurais e/ou justos possuidores ou lideranças das comunidades e sobre a responsabilidade dos compromissos assumidos por eles com o cadastramento do imóvel.
- A reunião deverá ter uma duração mínima de 2 horas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos insumos e logística para sua realização, tal como: local para a realização da reunião com infraestrutura mínima, deslocamento dos participantes até o local, disponibilização de água e café, coffee break com no mínimo dois tipos de suco da fruta, frutas, sanduíches e bolo. Estima-se um total de 100 participantes.

Forma de apresentação: A CONTRATADA deverá apresentar à equipe de supervisão lista de presença assinada e registros fotográficos do evento.

4. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA

A CONTRATADA deverá executar o serviço previsto no prazo máximo de **20 meses**, observando as atividades descritas e entregando como resultado os produtos especificados nos prazos relacionados, conforme quadro abaixo:

Nº	PRODUTO	PRAZO DE ENTREGA (meses)	PAGAMENTO/ FORMA MEDIÇÃO
1	Plano de trabalho	1º	0%
2	Relatório de Mobilização e sensibilização dos proprietários e justos possuidores	2º	20%
3	Relatórios trimestrais de Cadastramento de imóveis rurais no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR	TRIMESTRALMENTE (até o 5º dia útil do mês subsequente)	Hectares cadastrados (área)
4	Relatórios trimestrais de avaliação de dados previamente cadastrados no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR	TRIMESTRALMENTE (até o 5º dia útil do mês subsequente)	Cadastros avaliados (unidade)

5	Relatórios trimestrais relativos ao complemento dos cadastros inseridos previamente no CEFIR no âmbito dos contratos do Projeto CAR/BNDES – Fundo Amazônia	TRIMESTRALMENTE (até o 5º dia útil do mês subsequente)	Cadastros complementados (unidade)
6	Relatório socioambiental dos imóveis rurais	18º	%
7	Evento Solene de encerramento	19º	30

O INEMA terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para 1ª revisão e avaliação do produto entregue, sinalizando, ou não, a necessidade de adequações. Caso seja necessária 2ª revisão, o prazo para devolutiva será de 10 (dez) dias úteis.

A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para ajuste da versão revisada e devolução ao INEMA da versão ajustada do referido produto.

As medições trimestrais serão realizadas conforme a tabela abaixo:

PRODUTO	Unidade de Medida	Total Executado (ha / unidades)	Valor Unitário (R\$)	Valor Medido (R\$)
Relatórios de Cadastramento de imóveis rurais no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR	hectares			
Relatórios trimestrais de avaliação de dados previamente cadastrados no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR	unidade de cadastro			
Relatórios trimestrais relativos ao complemento dos cadastros inseridos previamente no CEFIR no âmbito dos contratos do Projeto CAR/BNDES – Fundo Amazônia	unidade de cadastro			

A proposta financeira que será apresentada deverá conter no preço global os valores por cada produto a ser apresentado e, para os produtos 3, 4 e 5 deve indicar também o detalhe do valor unitário. A empresa CONTRATADA deverá considerar também a inclusão de todos os encargos fiscais e tributários, previstos.

Considerando as entregas realizadas e atendimento às condicionantes, a EQUIPE DE SUPERVISÃO comunicará a aprovação ao FUNBIO (por e-mail, para contratos@funbio.org.br e gerencia.tcsa@funbio.org.br), enviando atestado de aprovação dos produtos entregues e informando valor correspondente ao pagamento, de acordo com a porcentagem acordada em contrato ou com a medição da respectiva entrega, quando couber. Além disso, cópias dos produtos aprovados deverão ser encaminhadas conjuntamente para guarda e registro pelo FUNBIO.

O FUNBIO solicitará, então, à CONTRATADA emissão de nota fiscal conforme medição aprovada pela equipe do INEMA. O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite (documento preenchido e emitido por representante da EQUIPE DE SUPERVISÃO, responsável pelo recebimento e aceite), atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os relatórios elaborados pela CONTRATADA deverão ser apresentados em meio digital. Os documentos produzidos pela CONTRATADA devem ser apresentados conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

6. INSUMOS NECESSÁRIOS E RESPONSABILIDADES

6.1 Caberá à Contratada:

- Utilizar sua própria equipe técnica, material e local de trabalho, fornecendo os insumos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços descritos nesta especificação, tais como computadores, softwares de SIG, serviço de armazenamento e compartilhamento em nuvem, quando necessário, sistema de videoconferência e suíte de escritório;
- Custear as despesas relacionadas a honorários, encargos sociais e trabalhistas de sua equipe;
- Custear as despesas de sua equipe nas atividades presenciais, tais como reuniões, reconhecimento e coleta de dados em campo, incluindo custos relacionados a deslocamento de ida e retorno (passagens, veículos, combustível), hospedagem e alimentação e outros;
- Custear as despesas de impressão de documentos, caso necessário, tais como mapas e relatórios.
- Fornecer e custear os materiais, logística e recursos que sejam necessários à execução das atividades;
- Responsabilizar-se pelos deslocamentos, alimentação de sensibilização e mobilização.
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do contrato em que a Equipe de Supervisão verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços, obedecendo aos prazos estipulados em cronograma constante no Plano de Trabalho e a vigência contratual

6.2 Caberá ao Órgão Gestor:

- Disponibilizar à Contratada os insumos necessários para execução do escopo dessa contratação e elaboração dos produtos descritos, ressalvadas as responsabilidades da Contratada;
- Providenciar documento de apresentação da Contratada como responsável técnica pela coleta de dados e inserção dos cadastros, com o objetivo de auxiliar na consulta aos proprietários/justos possuidores e/ou suas organizações representativas;
- Examinar e avaliar os produtos apresentados pela Contratada, a fim de deliberar pela aprovação ou rejeição destes, baseando-se nas previsões nesta especificação, nas cláusulas contratuais e/ou no Plano de Trabalho previamente aprovado;
- Apoiar a contratada na identificação de local para realização das reuniões e evento previsto nesta especificação;

- Apoiar a contratada na provisão de infraestrutura, recursos e materiais necessários para a execução das reuniões, tais como mesas, cadeiras, equipamentos de projeção, ressalvados os insumos e tarefas de responsabilidade da Contratada;
- Apoiar a Contratada no desenvolvimento das atividades previstas nesta especificação, conforme solicitação realizada à Equipe de Supervisão, ressalvadas as responsabilidades da Contratada

7. PERFIL DA CONTRATADA

7.1 EMPRESA

Requisitos mínimos (obrigatórios)

- a. **CNPJ** com no mínimo **02 (dois) anos** de registro.
- b. **Objeto social adequado ao enquadramento** dos serviços discriminados nesta especificação.
- c. Experiência de **no mínimo 02 (dois) anos** na execução de projetos/trabalhos de **adequação ambiental de imóveis rurais**, processos/procedimentos de levantamento documental em campo, incluindo atividades relacionadas ao **registro de propriedades rurais no CAR ou CEFIR** à luz do Código Florestal e legislação estadual pertinente do estado da Bahia atinente ao CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais.
- d. Experiência na execução de **projetos/trabalhos de georreferenciamento e geoprocessamento** (Utilização de programa GIS, gerenciamento de informações e bancos de dados cartográficos, mapas do uso de solo e vegetação).
- e. Experiências com metodologias participativas e formações com comunidades rurais;
- f. Experiência na execução de trabalhos/estudos de **caracterização/diagnóstico socioambiental**.

Requisitos Desejáveis

- a. Experiência na realização de estudos/trabalhos no bioma mata Atlântica, especialmente com sistema agrossilvicultural Cabruca.
- b. Experiência na realização e moderação/facilitação de eventos/reuniões.
- c. Experiência na realização de estudos/trabalhos no Litoral Sul do estado da Bahia.

A CONTRATADA não poderá estar inadimplente junto à SEMA-BA/INEMA ou FUNBIO em razão de procedimentos e/ou contratos anteriores e deve possuir nível mínimo de formação e experiência exigidos neste Termo de Referência.

A experiência da empresa poderá ser comprovada por meio da apresentação de

- Atestado(s) técnico(s), em papel timbrado do emitente, contendo a identificação da pessoa jurídica emitente, bem como, nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão, telefone para contato, data de emissão;
- Certidão de Acervo Técnico - CAT(s) e atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços;

ATENÇÃO: Cada comprovante/atestado apresentado deverá ser identificado com a **letra** equivalente à experiência do Perfil da CONTRATADA, que se deseja comprovar.

A CONTRATADA deverá também **disponibilizar mão-de-obra própria e especializada**, constituída não somente pela equipe principal, mas também por equipe de apoio, multidisciplinar, com formações e experiência na área, apropriados às características específicas do objeto desta especificação e compatível com o serviço solicitado para fins de execução dos produtos previstos.

7.2 EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

Requisitos mínimos (obrigatórios)

As atividades a serem realizadas pela CONTRATADA, como o cadastramento, coleta de documentos, georreferenciamento em campo, levantamento de atividades produtivas e das características socioambientais, deverão ser realizados por **equipe técnica principal**.

Os membros da equipe técnica deverão comprovar formação de nível Técnico ou Superior nas áreas de Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental, Geografia, Engenharia Florestal, Biologia, Cartografia, Geociências, Ciências ambientais, Ciências Sociais ou áreas afins, além de apresentar inscrição ativa no conselho de classe específico para a formação;

A equipe técnica deverá atender à seguinte composição e qualificação mínima:

- a. 1 (um) Coordenador, Profissional de Nível Superior, com no mínimo 3 (três) anos de experiência na condição de Coordenador ou Responsável Técnico e com atribuições para execução de serviços de consultoria para adequação ambiental de imóveis rurais e licenciamentos ambientais;
- b. 3 (três) Profissionais de Nível Técnico ou Superior, com experiência profissional em atividades de campo para elaboração de mapas e memorial descritivo de propriedades com conhecimento e habilidades para tratamento de imagens e identificação de feições correlatas às indicadas pelo Código Florestal Brasileiro – Lei 12.651/2012; e
- c. 3 (três) Profissionais de Nível Técnico ou Superior, com experiência na execução de diagnósticos e estudos ambientais e na caracterização de vegetação e uso do solo.
- d. 1 (um) profissional de nível técnico ou superior na área das geociências, ciências biológicas, ciências ambientais ou ciências sociais, com experiência em estudos ou projetos de caracterização socioambiental.

ATENÇÃO: Para comprovação da qualificação de cada membro da equipe técnica, deverá ser apresentado currículo/certificados/atestados relevantes aos trabalhos exigidos e experiências solicitadas para cada um dos cargos descritos. Os membros da equipe técnica também deverão ter disponibilidade para realização de viagens eventualmente necessárias para execução do escopo previsto.

Requisitos Desejáveis

- ✓ Atuação nos municípios do território do Litoral Sul do Estado da Bahia.
- ✓ Participação de mulheres na composição das equipes, a fim de buscar sempre um equilíbrio de gênero nas diferentes fases de execução do serviço previsto. Nesse sentido é importante a presença de profissionais com experiência comprovada em trabalhos que tenham em seu escopo Políticas de Gênero e/ou Gerações. O mesmo se aplica para Políticas inclusivas de Povos e Comunidades Tradicionais.

➤ EQUIPE DE APOIO

A equipe de apoio fica a critério da Contratada, sendo sugerida pelo Contratante a previsão de outros profissionais multidisciplinares para compor **equipe técnica de apoio**, com formações e experiências de comunicação, mobilização social ou extensão rural, mediação/facilitação de eventos/reuniões, relatoria, coleta e registro de dados em campo compatível com o serviço solicitado, entre outras funções necessários para boa execução do escopo previsto desta especificação.

Caberá ao Coordenador conduzir o processo de planejamento e execução dos trabalhos deste TdR junto à sua equipe para uma adequada execução do projeto. Será responsável pelas ações de mobilização e cadastramento, conferindo e orientando à equipe nas dúvidas e nos procedimentos. Também será responsável pela redação final dos documentos e compilação do banco de dados geoespaciais. É necessário que tal profissional tenha habilidade para mediação e resolução de conflitos, promoção de acordos entre diferentes grupos envolvidos em todas as etapas e processos dessa contratação.

Vale destacar também que, é **responsabilidade do Coordenador Técnico** realizar a supervisão da qualidade técnica dos produtos e serviços a serem apresentados antes da entrega à EQUIPE DE SUPERVISÃO para análise, antecipando a correção de não conformidades nos trabalhos, evitando a devolução para retrabalhos pela CONTRATADA.

A empresa CONTRATADA deverá indicar no momento de apresentação da equipe técnica, o profissional que atuará como preposto. Esta função deverá ser assumida por profissional que possua, minimamente, nível superior completo ou pelo próprio Coordenador Técnico da equipe.

A função a ser assumida pelo preposto será representar a CONTRATADA, administrativamente, durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário:

- O preposto deverá estar apto a esclarecer questões administrativas relacionadas à contratação;
- O preposto deverá participar de reuniões convocadas pela EQUIPE DE SUPERVISÃO ou FUNBIO para discutir o andamento da execução contratual;
- O preposto será o intermediário entre FUNBIO, EQUIPE DE SUPERVISÃO e CONTRATADA para representação por parte da CONTRATADA e providências de quaisquer esclarecimentos solicitados;
- O preposto irá acompanhar as atividades realizadas pela equipe técnica, para fins de registro e realizar eventual substituição de profissional, por outro de qualificação equivalente, caso não esteja sendo demonstrado capacidade de execução de tarefas concretas no âmbito da prestação do serviço.

8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA (EQUIPE DE SUPERVISÃO)

A EQUIPE DE SUPERVISÃO será composta por técnicos da SEMA-BA e INEMA.

A responsabilidade técnica pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo contratado para execução deste serviço será da EQUIPE DE SUPERVISÃO composta por servidores da SEMA e do INEMA.